

BOAS NOITES À ESCRAVIDÃO: Abolição nas Crônicas de Machado de Assis

Flávia Danielle Rodrigues Silva¹

Resumo

Machado de Assis sempre foi um escritor crítico. Em suas crônicas, ele sempre relatava e criticava a matéria literária, política, teatral e acontecimentos históricos nacionais e internacionais de sua época. Em cinco de abril de 1888, Machado de Assis começou a publicar na *Gazeta de Notícias* uma nova série de crônicas chamada *Bons dias!*. Nesta mesma época, o Brasil vivia uma época política e econômica em que ficava cada vez mais visível como era importante a abolição da escravatura. Por este motivo, era de se esperar que Machado não deixaria de comentar sobre a escravidão em suas crônicas, apontando os acontecimentos e criticando as posturas da sociedade. Este artigo tem o objetivo de analisar o tema da escravidão em três crônicas machadianas da série *Bons dias!*: a crônica de 11 de maio de 1888, a crônica 19 de maio de 1888, e, por fim, a crônica 20-21 de maio de 1888 (Imprensa Fluminense).

Palavras chave: Escravidão. Machado de Assis. Crônica.

GOOD NIGHTS TO SLAVERY: Abolition in the Chronicles of Machado de Assis

Abstract

Machado de Assis has always been a critical writer. In his chronicles, he always reported and criticized the literary, political, theatrical, national and international historical events of his time. On April 5, 1888, Machado de Assis began to publish in the "Gazeta de Notícias" newspaper a new series of chronicles called "Bons Dias!". At the same time, Brazil was experiencing a political and economic time in which became increasingly important for the country the abolition of slavery. Because of this, it was to be expected that Machado would not fail to comment on slavery in his chronicles, pointing out events and criticizing the attitudes of the society. This article aims to analyze the issue of slavery in three Machadian chronicles of the series "Bons Dias!": the chronicle of May 11, 1888, the chronicle of May 19, 1888, and finally the chronicle of May 20-21 Of 1888 (Imprensa Fluminense).

Keywords: Slavery. Machado de Assis. Chronic.

¹Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu para escrever. Embora tenha exercido outras funções durante a vida, foi escrevendo que ele se tornou um dos grandes nomes da literatura do Brasil. Publicando em praticamente todos os gêneros literários, ele foi poeta, romancista, cronista, contista, jornalista, dramaturgo e crítico literário. Seu caminho pela escrita começou cedo. Com apenas quinze anos já havia publicado seu primeiro soneto², e apesar de ainda não ser o escritor renomado que hoje conhecemos, Machado já começava a desenvolver sua escrita crítica. Sua obra constitui-se de dez romances, dez peças teatrais, duzentos contos, cinco coletâneas de poemas e sonetos, além de mais de seiscentas crônicas.

Sobre Machado cronista, além de algumas crônicas dispersas, o autor trabalhou em colunas semanais em jornais. Suas colunas crônicas tiveram diversos nomes, tais como: *Comentários da semana*, *Cartas fluminenses*, *História de quinze dias*, *A semana*, *Bons dias!* etc.

Ele já afirmou que “o folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo” (ASSIS, 1994). Suas crônicas, publicadas nos jornais do século XIX, trabalhavam a matéria literária, política, teatral e acontecimentos históricos nacionais e internacionais. Machado tratava do fato cotidiano, desimportante enquanto ação, mas “capaz de gerar um conteúdo pitoresco, humano e urbano das relações sociais do Rio de Janeiro do final do século, vistos com olhos contrastantes do humor benévolo, zombeteiro mesmo” (ASPERTI: 2006, 51).

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre a temática da escravidão em três crônicas de Machado. Tendo em vista que o termo crônica possui múltiplos conceitos, será feita uma rápida definição do termo crônica adotado, contextualizaremos a época em que foram escritas, e, por fim, analisaremos três crônicas de sua autoria.

² De acordo com o site da Academia Brasileira de Letras sobre Machado de Assis. Link nas referências.

A Crônica

A crônica é um gênero literário considerado menor. Nos dicionários é fácil encontraremos definições como: “História que expõe os fatos em narração simples e segundo a ordem em que eles se vão dando”, ou “Artigo sobre tema da atualidade, publicado na imprensa ou emitido na televisão ou na rádio”. Antônio Cândido, em seu artigo *A vida ao rés-do-chão* (1992), diz:

Antes de ser crônica propriamente dita foi “folhetim”, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas e literárias. Assim eram os da seção “Ao Correr da Pena”, título significativo à cuja sombra José de Alencar escrevia semanalmente para o *Correio Mercantil*, de 1854 a 1855. Aos poucos o folhetim foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje (Candido:1992, 15).

Sendo considerada a prima pobre³ do romance, a crônica é um gênero híbrido. Sua escrita passeia entre o jornalismo, história e literatura e procura dialogar com o leitor. Veiculada principalmente através do jornal, a crônica é um texto para consumo imediato, que não tem laços presos com a sequencialidade. O assunto, o dia pode não ter obrigação de dar prosseguimento ao que foi abordado na crônica anterior. Outra característica da crônica é a sua extensão limitada. Como geralmente faz parte de uma seção do jornal, a crônica tem um espaço físico único, sendo necessário a escrita dentro de um determinado número de caracteres.

A crônica, de acordo com a sua etimologia, se origina do latim *Chronica* e do grego *Khrónos* (tempo). Sua intensa relação com o tempo é uma de suas marcas mais importantes, ou seja, seus temas estão sempre relacionados a um determinado período. Por ser uma narrativa curta, o número de personagens é reduzido ou até podem não haver personagens. Distingue-se do texto jornalístico, pois seu objetivo ultrapassa o mero comentário das notícias diárias, mas recria o cotidiano, utilizando-se de outros gêneros literários, tais como o conto, o ensaio ou a poesia.

Sua linguagem é breve, registra o circunstancial. Para entender as nuances do que o cronista trata em seu texto, o leitor deve ter conhecimento do que está

³ Como Costa Lima chama a crônica em seu artigo *Machado: mestre de capoeira*.

acontecendo no período em que o cronista escreve/publica sua crônica. Desta forma, o diálogo com o leitor acontece por uma provocação do cronista a vir pensar sobre tal assunto. Para fazer isso, o cronista usa de metáforas, alegorias, repetições, antíteses, ironias, comicidade, suspense, reflexões, argumentações, entre outros.

A crônica no Rio do século XIX

No final do século XIX, a imprensa começou a sua modernização. Com os jornais circulando com mais facilidade, era comum grandes nomes da literatura brasileira atuarem nas redações. Com o passar do tempo a interdependência dos escritores com o jornalismo ficava cada vez mais sólida, já que era através da publicação de colunas que os escritores conseguiam se manter. A publicação de livros não alcançava a maioria da população, diferentemente do jornal, e por isso sua rentabilidade não era tão proveitosa quanto a de um jornal.

Mesmo com a já consolidada relação cooperativa entre os literatos, bem representada pela Academia Brasileira de Letras, fundada por Machado de Assis ainda em 1897 e pela lei dos direitos autorais nascida em 1898, a vida de escritor sustentado apenas pelos seus livros ainda era uma utopia num Brasil de anal-fabetos; todavia, o trabalho no jornalismo literário era imprescindível não só para a sobrevivência financeira do poeta como também para a divulgação de seu nome e do seu trabalho ao grande público leitor dos periódicos (ASPERTI: 2006, 46).

Temos por exemplo, então, o fato de que desde o início do jornal *Gazeta de Notícia*, a crônica semanal nunca faltou em suas edições. Quase todos os dias da semana, o jornal publicava textos escritos por autores como: Eça de Queirós, Émile Zola, Machado de Assis, José do Patrocínio, etc. “Mesmo ainda não possuindo o jornal um cronograma fixo de publicação para cada colaborador, ou mesmo que estes estivessem disfarçados sob a máscara de um pseudônimo, semanalmente distintos escritores compunham textos para a *Gazeta de Notícias*” (ASPERTI: 2006, 50). Associado ao fato que, na mesma época em que a imprensa se consolidava, o Rio de Janeiro estava passando grandes modificações estruturais e sociais, a vida da corte era repleta de assuntos para serem abordados pelos escritores. E foi dessa

grande gama de temas que os cronistas se aproveitaram para preencher suas colunas.

Boas noites a escravidão

Em cinco de abril de 1888, Machado de Assis começou a publicar na *Gazeta de Notícias* uma nova série de crônicas. Apesar de ser o autor destas crônicas, a nova série, chamada *Bons dias!*, não tinha assinatura de Machado. Começando com “Bons dias!, a série era assinada com a despedida de “Boas noites”, e só muito tempo depois que descobriram quem realmente as escrevia. As crônicas aqui escolhidas para análise fazem parte desta série.

Faz-se necessário, primeiro, que situemos a o contexto específico das crônicas que aqui analisaremos. Desde o ano de 1880, o Brasil vivia uma época política e econômica em que ficava cada vez mais visível como era importante a abolição da escravatura. Apesar da abolição do comércio transatlântico de escravos, a *Lei do ventre livre* e a *Lei dos Sexagenários* já existirem no país, tais medidas não eram capazes de sozinhas colocar fim à escravidão.

Com o atenuante de que haviam sucessivas fugas de escravos, apoiadores da escravidão começaram a notar que era impossível que o sistema continuasse se sustentando por muito tempo. Não mais importava qual partido iria sancionar a lei, desde que ela fosse posta em prática.

Em setembro de 1887, Antônio Prado, chefe político paulista, ministro dos Estrangeiros do governo Cortejipe, desde sempre oposto à abolição, mudou de posição, seguido alguns dias depois por João Alfredo Correia de Oliveira, Importante senador e ex-ministro pernambucano. Desse momento em diante, o governo de Cortejipe estava fadado ao fracasso, mas as razões tinham pouco a ver com os partidos, e muito com o estado da sociedade: só os donos de escravos do interior da província do Rio de Janeiro, no vale do Paraíba do Sul, tinha forte interesse na continuação da escravatura, e isso porque os escravos constituíam a sua única riqueza – em muitos casos, suas terras estavam praticamente esgotadas. Como disse Ferreira de Araújo na *Gazeta* em 19 de março de 1888, com palavras retomadas mais tarde por historiadores, a abolição agora era do próprio interesse dos senhores, “que já hoje pensam mais em libertar-se dos escravos, do que em libertar escravos” (GLEDSON: 2008, 19).

Com todo esse cenário, a *Lei Áurea*, oficialmente Lei Imperial n.º 3.353, foi sancionada em 13 de maio de 1888, colocando fim ao sistema escravocrata de mão de obra. Como a série *Bons dias!*, de Machado de Assis, começou a ser publicada um mês antes da abolição, foi impossível que o autor não escrevesse sobre tal acontecimento tão importante na história brasileira em seus textos. Trataremos então aqui de três crônicas machadianas da série *Bons dias!* que abordam o tema da escravidão, que embora não sendo as únicas que falam sobre o tema, são as que mais se aproximam da data da assinatura da *Lei Áurea*. São elas a crônica de 11 de maio de 1888, a crônica 19 de maio de 1888, e, por fim, a crônica 20-21 de maio de 1888 (Imprensa Fluminense).

Começaremos então pela crônica de 11 de maio, que antecede a *Lei Áurea*. No início de sua crônica, nós leitores somos avisados de que é preciso estar alerta para tais acontecimentos:

Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em suma), e o resto da população. (ASSIS: 2008, 103).

Nesta primeira crônica o autor procura entender os motivos reais da libertação dos escravos, abordando os motivos imediatos da abolição, como a fuga em massa dos escravos, e mencionando também as numerosas alforrias em massa que estavam sendo distribuídas aos escravos dias antes da abolição se concretizar. Em conversa com o seu leitor, o cronista começa a comentar o que ele vê acontecendo na sociedade, mas não com ingenuidade e sim com um olhar crítico.

As manifestações públicas, o alvoroço e o tumulto tem uma significação que pode passar despercebida a quem não tem o olhar sagaz como o do cronista. E apesar de dizer “eu, por minha parte, não tinha parecer” (ASSIS: 2008, 103), o cronista tem sim uma opinião sobre tais acontecimentos.

Para o cronista, essa alegria que era vista na rua em dias antes da abolição e as “alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias *incondicionais*” (ASSIS: 2008,103), não era puramente a bondade dos senhores, mas era uma antecipação a lei que já era certa e uma maneira de ainda mostrarem que tinha controle sobre sua propriedade. Além de que, era possível também que os senhores fossem indenizados pelas suas perdas, sendo a eles rentável que os escravos fossem

libertados se eles ganhassem algum dinheiro por isso. Sua ironia ao falar das alforrias não passa despercebida, e é uma forma do cronista, até então sem parecer, dar seu posicionamento sobre o assunto, pois ressalta o falso jubilo dos senhores, que disfarçados de humanitários, viam no fim da servidão a probabilidade de ganhar uma boa quantidade de dinheiro com as indenizações.

Em seguida, Machado começa a relatar um dos marcantes acontecimentos que era um dos motivos imediatos a aceitação da abolição: a fuga dos escravos. Com isso, na crônica, ele mostra como essa relação do poder pela propriedade é o que realmente movia os senhores a alforriar seus escravos.

Não é novidade para ninguém que os escravos fugidos em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário. Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar comesses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças. (ASSIS: 2008:104).

A fuga dos escravos foi, de acordo com as notas de Gledson (2008, 105), algo que cresceu fortemente a partir do mês de março de 1888, principalmente por muitos deles serem alugados, como o próprio Machado conta em sua crônica. De acordo com Gledson (2008, 31), os escravos “podiam não apenas pertencer a alguém, mas ser alugados. [...] À medida que se aproximava a abolição, compromissos temporários desse tipo devem ter-se tornado mais atraentes, pois a ‘propriedade’ real estava prestes a ser abolida”. Tais fugas mostravam como o sistema estava morrendo e logo daria seus últimos suspiros. E um senhor que alforriasse seus serviçais tinha maior chance de que, eles sem lugar para ir, continuassem submissos a eles, mesmo que para isso passassem por situações tão precárias quanto quando escravos.

Tal pensamento, é melhor expresso quando o cronista conta da peça que os fazendeiros possivelmente estariam pregando em Clapp. Aqui fica claro que a abolição nada mais é que libertar os escravos de um sistema escravocrata, para um que, mesmo sendo assalariado, continuava tendo um senhorio subjungando e até

ainda escravizando o trabalho do negro, que receberia um salário pífio. Como Gledson afirma, a abolição foi uma “simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro” (GLEDSON: 2008, 31).

No final desta crônica, Machado faz uma ponte entre a abolição e a República. Um dos interlocutores do cronista comenta que esta é indispensável, embora ainda houvessem caminhos a serem percorridos para tal mudança ocorrer, assim como vimos que a abolição também o era. Ao falar “*es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist*”⁴, Machado deixa nas palavras cognatas a pista para dizer que assim como a abolição trocou o nome do regime, mas não sua questão subjugadora, a troca de regime político do país nada mais é que uma mudança de nome e não de governo.

A segunda crônica a ser trabalhada aqui é a crônica de 19 de maio de 1888. Esta crônica é uma das crônicas mais famosas de Machado, a crônica do escravo Pancrácio. Nesta crônica, Machado dá um exemplo clássico de como um senhor, sabendo da inevitabilidade da abolição, resolve alforriar seu escravo. Porém, sua alforria não é tão libertadora. Uma crônica muito engraçada, faz o leitor se questionar sobre o real sentido da liberdade dada ao escravo e pode até instigar comoção em favor do pobre Pancrácio.

Uma semana antes da abolição da escravidão, o senhor de Pancrácio decide alforriá-lo. Mas não o decide de forma discreta, dando ao escravo algum dinheiro e o direito de escolher se ficava ou se ia embora. O ex-senhor de escravos decide dar uma festa para proclamar sua grande generosidade. Festa a qual deveria espalhar a notícia de sua grande bondade e trazer bons olhos de possíveis eleitores a sua futura candidatura.

Alguns dados sobre o escravo são muito interessantes: Pancrácio não foi incluído na *Lei do ventre livre*. Com dezoito anos, se a lei da abolição não tivesse sido promulgada, o escravo não teria a “sonhada liberdade” aos vinte um, como a *lei do ventre livre* propunha. Voltando a alforria de Pancrácio, a liberdade estada dada ao escravo em grande festa. O escravo agarrou as pernas de seu senhor extremamente feliz com sua liberdade. Ao descobrir, no dia seguinte, que sua liberdade o deixaria totalmente desamparado, e seduzido pelas palavras “aqui tens

⁴Seria fácil provar que o Brasil é mais uma oligarquia absoluta do que uma monarquia constitucional.

casa amiga” e “aqui tens mais um ordenado” (ASSIS: 2008, 110), o escravo decide ficar nas terras de seu ex-senhor.

Ao aceitar ficar nas terras de quem o escravizara, ele também aceitou a nova maneira de subordinação, maneira essa também discutida na crônica anterior. Com a desculpa de serem os “efeitos da liberdade”, Pancrácio apanhava e era humilhado, mas aceitava de cabeça baixa todas as malfeitorias do, agora, patrão. E dessa cena bizarra de falsa liberdade e no falso-futuro que o ex-senhor imagina ao seu escravo, ele apenas deseja ganhar reconhecimento, ou seja, se sobressair pela sua falsa benevolência.

A última crônica a ser analisada aqui é a de 20-21 de maio de 1888, crônica esta que foi publicada num jornal especial chamado *Imprensa Fluminense*, em comemoração à abolição. Esta crônica é a mais irônica das três aqui apresentadas. Nela, o cronista revela o processo político e histórico da abolição, fazendo uma paródia do texto bíblico de primeira João.

A primeira coisa que devemos ressaltar é o fato de que houve uma missa ao ar livre, no Campo de São Cristóvão no dia 17 de maio, em comemoração à abolição da escravatura. Nela estava presente a princesa regente e muitos outros dignitários. Partindo deste contexto, o cronista afirma que muitos pediram para que ele traduzisse o evangelho que foi lido na missa. É importante lembrar que as missas eram realizadas todas em latim, então, poucos tinham realmente conhecimento do que se falava durante as missas. Dizendo o cronista que só traduziria, pois a ocasião era importante, ele não traduziu de fato o primeiro capítulo do evangelho de João de acordo com a Bíblia. Aqui, o leitor com o mínimo de familiaridade com o texto bíblico perceberia que o cronista narra na verdade uma paródia do evangelho de João que originalmente narra resumidamente desde o início do mundo até a chegada de Jesus, passando pelo testemunho de João Batista, o batismo de Jesus e o início de sua caminhada. O cronista usa a forma do evangelho para contar a história de como a abolição aconteceu politicamente. Mantendo o início e alterando os personagens, ele descreve em versículos a história que não conta mais a vinda do messias judeu que libertaria seu povo da escravidão. Agora, o primeiro capítulo do evangelho de João conta a história dos messias dos escravos, um evangelho segundo a abolição, em que os grandes salvadores não o eram por benevolência e amor ao próximo, mas por interesse.

Preservando a forma da apresentação em versículos como a do evangelho, ele começa “1. No princípio era Cotejipe, e Cotejipe estava com a Regente, e Cotejipe era a Regente” (ASSIS: 2008, 113) Aqui, o cronista começa já revelando a situação do governo, onde a Princesa Isabel era a Regente, mas o governo era exercido por Cotejipe. Os versículos seguintes são versículos que estabelecem como era o poder que governava o país.

Usando-se de uma comparação mais próxima ao evangelho de João, após os primeiros versículos, começam os questionamentos se João Batista era Jesus Cristo, e João Batista nega e indica Jesus, que dele se aproximou, como o "Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" (João, 1: 20; 29), sendo abençoado pelo Espírito Santo. Na crônica, Machado segue a mesma sequência, com João Alfredo recebendo uma espécie de benção também, veja:

5. E, ouvindo isto, saíram alguns sacerdotes e levitas e perguntaram-lhe: Quem és tu?
6. És tu, Rio Branco? E ele respondeu: Não o sou. És tu profeta? E ele respondeu: Não. Disseram-lhe então: Quem és tu logo, para que possamos dar resposta aos chefes que nos enviaram?
7. Disse-lhes: Eu sou a voz que clama no deserto. Endireitai o caminho do poder, porque aí vem o João Alfredo.
8. Estas coisas passaram-se no Senado, da banda de além do Campo da Aclamação, esquina da Rua do Areal.
9. No dia seguinte, viu Antônio Prado a João Alfredo, que vinha para ele, depois de guardar o chapéu no cabide dos senadores, e disse: Eis aqui o que há de tirar os escravos do mundo. Este é o mesmo de quem eu disse: Depois de mim virá um homem que me será preferido, porque era antes de mim.
10. Passados meses, aconteceu que o espírito da Regente veio pairar sobre a cabeça de João Alfredo, e Cotejipe deixou o poder executivo e o poder executivo passou a João Alfredo.
11. E João Alfredo, indo para a Galiléia, que é no caminho de Botafogo, mandou dizer a Antônio Prado, que estava perto da Consolação. Vem, que é sobre ti que edificarei a minha igreja. (ASSIS: 2008, 113-4)

São muitos os personagens que passam pela história que o cronista quer contar. Além da Regente Princesa Isabel e o Barão de Cotejipe, já citados acima, no início da paródia do evangelho, podemos ver, na segunda citação e no decorrer do texto, nomes como: José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco; Antônio da Silva Prado, político paulista que passou de escravocrata à abolicionista; João Alfredo Correia de Oliveira, ministro do Império no governo Rio Branco; Antônio

Ferreira Viana, ministro da Justiça; Luís Antônio Vieira da Silva, visconde de Viera da Silva, ministro da Marinha; Rodrigo Augusto da Silva, ministro da Agricultura no governo Cotejipe; Tomás José Coelho de Almeida, ministro da Guerra; e José Fernandes da Costa Pereira, ministro do Império.

A sucessão de acontecimentos políticos que culminariam na abolição continua acontecendo durante os versículos. Do décimo sexto versículo ao vigésimo segundo, o cronista mostra que a libertação dos escravos é uma história de amargura.

14. Depois, vendo um homem que passava, disse João Alfredo: Vem aqui: não és Rodrigo Silva, que agricultavas a terra no tempo de Cotejipe? E Rodrigo respondeu: Tu o disseste. E tornou João Alfredo: Onde vai agora que parece abandonar-me? Vem comigo, e lavrarás a terra, e tratarás com os gentios, ao mesmo tempo, porque Antônio Prado vai a São Paulo, onde padecerá e donde voltará mais robusto.

15. Depois, vendo Tomás Coelho, o homem justo, da tribo de Campos, disse: O Senhor Deus dos Exércitos manda que sejas ministro da Guerra. E descobrindo Costa Pereira: Este é o que esteve comigo em 1871: eu o conheço; vem, serás também meu discípulo.

16. Unidos os sete, disse João Alfredo: Sabeis que vim libertar os escravos do mundo, e que esta ação nos há de trazer glória e amargura; estais dispostos a ir comigo?

17. E respondendo todos que sim, disse um deles por parábola, que no ponto em que estavam as coisas, melhor era cortar a perna que lavar a úlcera, pois a úlcera ia corrompendo o sangue.

18. Mas, ficando João Alfredo pensativo, disseram os outros entre si: Que terá ele?

19. Então o mestre, ouvindo a pergunta, disse: Prevejo que há de haver uma consulta de sacerdotes e levitas, para ver se chegam a compor certo unguento, que os levitas aplicarão na úlcera; mas não temais nada, ele não será aplicado.

20. E como perguntassem alguns qual era a composição desse unguento, o discípulo Viana, mui lido nas escrituras disse:

21. Está escrito no livro de Elle Haddebarim, também chamado Deuteronômio, que quando o escravo tiver servido seis anos, no sétimo ano o dono o deixe ir livre, e não com as mãos abanando, senão com um alforje de comida e bebida. Este é de certo o unguento lembrado, menos talvez o alforje e os seis anos.

22. E acudiu João Alfredo: Tu o disseste: três anos bastam aos levitas e sacerdotes, mas a úlcera é que não espera (ASSIS: 2008, 114-5)

Aqui, vê-se como a abolição era algo inevitável, e não uma ação benevolente, humanitária ou mesmo esclarecida. Machado ainda faz uma ponte com o versículo

de doze a quinze de Deuteronômio, onde é tratado a lei dos hebreus referente aos escravos. Diferentemente da passagem bíblica, em que a libertação do escravo era um símbolo de lembrança da época em que os hebreus haviam estado cativos no Egito, e em que o escravo serviria os anos que era devido, e depois devia ser liberto com um alforge preparado dos bens do senhor, a libertação dos escravos do Brasil não se dava em benefício do escravo.

Em sequência, no versículo vinte e sete, temos exemplificado como a lei podia mudar o *status* do escravo apenas, mas não os libertar dos efeitos da escravidão. Se na crônica de Pancrácio é clara a dependência que o escravo estabelece com o seu senhor, a ponto de a opressão estar internalizada e Pancrácio não perceber que não tinha liberdade de fato, nesta crônica, ao contar a história de Bacabal, ele mostra que apesar de os escravos estarem libertos pela lei, eles apanharam por causa de sua existência. Os efeitos da escravidão não desapareceram porque houve a libertação dos escravos. A escravidão foi um processo muito longo e duro, para ser esquecida ou para se fingir que nunca aconteceu.

27. Menos no Bacabal, província do Maranhão, onde alguns homens declararam que a lei não valia nada, e, pegando no azorrague, castigaram os seus escravos cujo crime nessa ocasião era unicamente haver sido votada uma lei, de que eles não sabiam nada; e a própria autoridade se ligou com esses homens rebeldes.

28. Vendo isto, disse um sisudo de Babilônia, por outro nome Carioca: Ah! Se estivessem no Maranhão alguns ex-escravos daqui, que depois de livres, compraram também escravos, quão menor seria a melancolia desses que são agora duas coisas ao mesmo tempo, ex-escravos e ex-senhores. Bem diz o Eclesiastes: Algumas vezes tem o homem domínio sobre outro homem para desgraça sua. O melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesmo. Boas Noites. (ASSIS: 2008, 115)

Por fim, o cronista diz que o melhor é não ser escravo, é poder ser livre não apenas fisicamente, mas ainda intelectual e espiritualmente. O homem possuir-se a si mesmo é aquele que não vive sob a opressão alheia, seja ela qual for. É ser solto dos sistemas opressores, que mudam de nome, mas continuam a oprimir os menos favorecidos, no quadro em que os ex-escravos e seus descendentes sempre vão estar.

Considerações Finais

Machado de Assis sempre foi um grande crítico da sociedade, política e da arte brasileira na época em que viveu. Como cronista isso não poderia ser diferente. Na série de crônicas *Bons dias!*, aqui analisadas, Machado avaliou a questão da abolição da escravidão de perto. Enquanto fervilhava nas ruas o desejo da abolição nos corações dos mais sonhadores, Machado foi além e viu o cerne da questão, a verdade nos fatos, e olhou criticamente os motivos desta decisão tão importante ter pouco a ver com os mais interessados: os escravos.

No Brasil ainda vivemos uma sociedade bem parecida com a de Machado. Os descendentes de escravos ainda sofrem consequências de anos de opressão. A escravidão ainda não é assunto abordado como um tema de importância humanitária. As pessoas preferem esconder esse passado terrível e fingir que ele está “morto e enterrado”. Mas como dito acima, os efeitos da escravidão não desapareceram com a *Lei Áurea*.

Acompanhando as três crônicas, é interessante perceber o posicionamento crítico que Machado tem em relação ao acontecimento, quando ele evidencia justamente episódios sórdidos do momento da libertação. Ele aborda assuntos como os motivos imediatos a abolição, fala do interesse escuso dos senhores, abrangendo o cenário político e o real motivo para a libertação dos escravos.

Embora muitas vezes visto como um escritor que não tratou sobre o assunto da escravidão em suas obras, sendo alheio a realidade que o permeava, podemos constatar com este trabalho que ele não deixou o assunto de lado em seus textos, principalmente nas três crônicas aqui destacadas. É fácil identificar que além de irônicas, as críticas que fazia eram muito afiadas.

Referências

ASPETI, Clara Miguel. **A vida carioca nos jornais**: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. Contemporânea. v. 4, n. 2, ed 7. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/17576/12953>. Acesso em: 10 out. 2016.

ASSIS, Machado de. **Aquarelas**. In: *Obra completa*, Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V. III, 1994.

_____. **Bons dias! Introdução e notas**: John Gledson. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2015.

CÂNDIDO, Antonio [et. al.]. **A Crônica**: O Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Fundação Casa de Rui Barbosa. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

CRÔNICA. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2013. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/crônica>. Acesso em: 21 set. 2016.